
SOFT POWER BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA EM TEMPOS PANDÊMICOS¹

BRAZILIAN SOFT POWER: AN ANALYSIS OF FOREIGN POLICY IN PANDEMIC TIMES

DOI: [10.5380/cg.v10i1.79561](https://doi.org/10.5380/cg.v10i1.79561)

William Daldegan²

Ana Tereza Lopes Marra de Sousa³

Resumo

Embora a pandemia de Covid-19 ainda esteja em andamento, especialistas têm advertido para a diminuição de *soft power* de países que teriam lidado mal com a situação, dentre eles o Brasil. O aprofundamento da perda de *soft power* do país tem sido observada desde 2015, ainda no Governo Rousseff e realçada na política externa do Governo Bolsonaro. O índice “The Soft Power 30” indica que entre 2015 e 2019 o Brasil caiu da 23º para a 26º posição em um ranking de 30 países. Neste trabalho, o objetivo é apontar, em caráter preliminar, as razões para essa perda de *soft power* através da análise da Política Externa Brasileira (PEB). Qualitativamente, por meio de revisão bibliográfica, são identificados como danosos ao *soft power* (i) a disputa interna entre interesses e visões acerca da projeção internacional brasileira e sua condução pelo chanceler Ernesto Araújo, (ii) a marginalização do multilateralismo e de relações tradicionalmente amistosas com países em desenvolvimento e (iii) os desafios impetrados pela pandemia de Covid-19 e a incapacidade de adoção de medidas responsáveis e responsivas pelo Governo Bolsonaro.

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira; *Soft Power*; Coronavírus.

Abstract

Although the Covid-19 pandemic is still ongoing, experts have warned about the decrease in soft power of countries that would have handled the situation badly, including Brazil. The deepening of the country's loss of soft power has been observed since 2015, still under the Rousseff government and highlighted in the foreign policy of the Bolsonaro government. “The Soft Power 30” index indicates that between 2015 and 2019 Brazil fell from 23rd to 26th position in a ranking of 30 countries. In this work, the objective is to point out, on a preliminary basis, the reasons for this loss of soft power through an analysis of Brazilian Foreign Policy (BFP). Qualitatively, through a bibliographic review, the following are identified as damaging to soft power: (i) the internal dispute between interests and views about Brazilian international projection and its conduct by Chancellor Ernesto Araújo, (ii) the marginalization of multilateralism and traditionally friendly relations with developing countries. and (iii) the challenges posed by the Covid-19 pandemic and the inability of the Bolsonaro government to adopt responsible and responsive measures.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Soft Power; Coronavirus.

¹ Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](#), sendo permitido o compartilhamento com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

² Doutor em Relações Internacionais pelo programa San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC SP) e professor adjunto do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da UFPel. Líder do Grupo de Pesquisa Econoima, Política e Desenvolvimento Internacional. E-mail: william.daldegan@ufpel.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5806-0557>.

³ Doutora em Relações Internacionais pelo programa San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC SP) e professora adjunta do Bacharelado em Ciências e Humanidade (BCH), do Bacharelado em Relações Internacionais (BRI) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PRI) da Universidade Federal do ABC (UFABC). Vice-coordenadora do Observatório de Inserção Internacional e Política Externa do Brasil (OPEB) da UFABC. E-mail: anatereza.marra@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7580-4797>.

1. INTRODUÇÃO

Um modo através do qual se pode avaliar as ações dos países no combate à Covid-19 diz respeito a como a pandemia afetou suas posições de poder no sistema internacional, em especial seu *soft power*. Tal poder “repousa sobre a habilidade de estruturar a preferência” dos outros atores na política internacional utilizando a cooptação, em detrimento da coerção e/ou pagamento de subornos, para alcançar um resultado político desejado (NYE, 2008, p. 95, tradução nossa)⁴.

Embora a pandemia ainda esteja em andamento⁵, especialistas têm advertido para a perda de *soft power* de países que têm lidado mal com o problema, como EUA, na era Trump, e Brasil (LOTSEN, 2020). Vale ressaltar que previamente à pandemia, mas já alcançando o Governo Bolsonaro, o “*The Soft Power 30*” – índice que mensura o *soft power* de 30 países em perspectiva comparada – indica que o Brasil entre 2015 e 2019 caiu da 23^a para a 26^a colocação no ranking⁶. Neste trabalho, estamos interessados em compreender, de forma preliminar, danos ao *soft power* brasileiro no Governo Bolsonaro, marcadamente no contexto da pandemia. Tradicionalmente, o *soft power* tem sido visto como um aspecto marcante da projeção internacional brasileira, dado que o país não desenvolveu sólidos recursos de *hard power*. Aspectos históricos da Política Externa Brasileira (PEB), como o pacifismo, o universalismo, o multilateralismo, a política regional cooperativa e a defesa dos países em desenvolvimento, foram fonte de *soft power* para o país e permitiram influência externa maior do que a que poderia ter se se considerasse apenas seu *hard power* (CHATIN, 2016; BRY, 2017).

Para analisar possíveis danos no *soft power* do Brasil, o nosso foco será na avaliação da Política Externa Brasileira (PEB). Nye (2004) destaca a existência de três principais fontes que são base do *soft power* dos países: a cultura, os valores domésticos e a política externa. Neste trabalho, sem descartar a possibilidade de que os outros fatores influem na perda do *soft power*, focaremos na análise da PEB. Durante o Governo Bolsonaro, a PEB sofreu alterações marcantes seja na comparação com governos recentes, seja no acumulado histórico da diplomacia brasileira (CASARÕES, 2019).

O argumento que desenvolvemos é o de que a pandemia aprofunda uma perda de *soft power* que já havia se iniciado antes, mas, na gestão Bolsonaro, diante da consolidação de uma atuação da PEB contrária aos acumulados históricos da diplomacia brasileira (que eram ativos do *soft power* nacional) e de um cenário interno que projeta incertezas, devido às dificuldades de tratamento doméstico da pandemia, os danos foram aprofundados. A partir de uma análise qualitativa, utilizar-se-á a revisão bibliográfica como ferramenta para a pesquisa.

⁴ [...] rests on the ability to shape the preferences.

⁵ Escrevemos este texto em abril de 2021.

⁶ Para uma leitura mais detalhada dos relatórios e acesso à ferramenta ver <https://softpower30.com/>.

Além desta introdução, o trabalho conta com mais cinco seções. Na segunda, discutimos questões que envolvem a noção de *soft power*. Em seguida, analisamos os fatores provenientes da PEB que se constituíram tradicionalmente como fontes do *soft power* brasileiro. Na quarta seção, apontamos para a diminuição do *soft power* brasileiro a partir do Governo Rousseff, enquanto, na parte seguinte, analisamos os danos causados na gestão de Bolsonaro, em especial no contexto da pandemia. Por fim, as conclusões.

2. A IMPORTÂNCIA DO SOFT POWER PARA O ESTADO

O poder é tradicionalmente considerado uma das variáveis mais importantes de análise das Relações Internacionais (RI). Contudo, há diferentes formas de avaliar o poder. Enquanto alguns analistas consideram apenas aspectos materiais, outros admitem que fatores intangíveis devem ser considerados. Uma das expressões mais populares para encapsular a ideia de que os aspectos intangíveis também são importantes é o “*soft power*”, teorizado na década de 1990 por Joseph Nye Jr.

Partindo de uma definição que considera que poder é “a habilidade de afetar os outros para obter o resultado que se deseja” (NYE, 2008, p. 94, tradução nossa)⁷, o autor destaca a importância do *hard power* baseado no emprego da força material do Estado, para se alcançar resultados na política internacional. Contudo, acrescenta que o *soft power* que é a capacidade de “afetar outros para obter os resultados desejados através da atração”, em contraposição à coerção ou a realização de pagamentos, e tem-se tornado uma forma de poder cada vez mais relevante em um cenário em que há limites ao exercício da força militar (NYE, 2008, p. 94, tradução nossa)⁸.

O *soft power* confere ao seu detentor a habilidade de estruturar a preferência dos outros atores pela capacidade que possui de atraí-los para aquilo que se deseja, cooptando-os (NYE, 2008, p. 95). Esse processo de cooptação, segundo Nye (2004, p. 11), é possível devido à posse de ativos intangíveis que seduzem o outro ator, dentre os quais se destacam a cultura, valores domésticos e a política externa. Seriam, portanto, as principais fontes do *soft power* de um país.

Segundo Nye (2004, p. 14), quanto mais esses ativos promovem valores e interesses que outros compartilham e que possam ser expressos de forma universal, maior a probabilidade de estabelecer autoridade moral e legitimidade para se atrair pares e gerar o resultado desejado. Alternativamente, “políticas domésticas ou externas que parecem ser hipócritas, arrogantes, indiferentes à opinião dos outros ou baseadas em uma abordagem restrita dos interesses nacionais, podem minar o *soft power*” (NYE, 2004, p. 14, tradução nossa)⁹.

⁷ [...] ability to effect others to obtain the outcomes to want.

⁸ [...] to affect others to obtain the outcomes one wants through attraction.

⁹ Domestic or foreign policies that appear to be hypocritical, arrogant, indifferent to the opinion of others, or based on a narrow approach to national interests can undermine soft power.

Outro aspecto a ser mencionado é que a posse de *soft power* interessa tanto a países com sólido *hard power*, pois por meio dele podem criar aquiescência mais profunda às suas propostas e evitar o uso da coerção e pagamentos, como a países de *hard power* débil, os quais podem por meio do *soft power* tentar influenciar resultados os quais em termos materiais não teriam como fazer. No que se refere ao Brasil, trabalhos como o de Chatin (2016) e o de Grix, Brannagan e Houlihan (2015) assinalam o *soft power* como importante aspecto da projeção do país, que carece de recursos de *hard power*.

No que diz respeito à forma de se medir o *soft power* de um país, não existe fórmula que tenha se consolidado. No entanto, as dificuldades em medir o *soft power* não têm inviabilizado pesquisas. Tem se destacado produções de dois tipos: trabalhos como os *rankings*, que tentam quantificar, comparar e projetar posições globais de *soft power* para os países¹⁰, e pesquisas qualitativas focadas em compreender as fontes do *soft power* e como elas podem influir nas projeções de poder de um Estado. Este trabalho insere-se no segundo tipo mencionado de produção. Nossa análise considerará o papel que a PEB exerce enquanto fonte de *soft power* para o Brasil com a finalidade de avaliar a perda dele pelo país.

3. AS FONTES DO SOFT POWER DO BRASIL ATRAVÉS DA PEB

Nesta seção, analisaremos os aspectos da política externa brasileira que fortaleceram ao longo do tempo o *soft power*. No país, a literatura tradicionalmente tem destacado aspectos de continuidade da política exterior, devido: (i) ao papel de condução pelo Itamaraty do processo de formulação da política externa, sendo que a “defesa da continuidade tem um peso político importante no Ministério de Relações Exteriores brasileiro (Itamaraty)” (SARAIVA, 2013, p.6 3), e (ii) à existência de um acumulado histórico da diplomacia brasileira (CERVO, 2008), que teria desenvolvido crenças e comportamentos ao longo do tempo que garantiram uma identidade a política exterior e relativa continuidade. É sob esse acumulado da PEB que se formaram ativos atrativos que constituem parte do *soft power* brasileiro. Cita-se o pacifismo, o universalismo, o multilateralismo, a realização de uma política regional cooperativa e a defesa dos países em desenvolvimento como principais aspectos da PEB que contribuíram para a construção do *soft power* brasileiro (CHATIN, 2016).

O pacifismo traduziu-se em aspectos da PEB como a orientação para a diplomacia e a negociação, em vez do uso da força militar, a defesa da resolução pacífica de conflitos, o exercício de papel de mediador em conflitos internacionais, e a ação externa cooperativa e não confrontacionista (CERVO, 2008; CHATIN, 2016). Lembra-se que o Brasil é um país de dimensões continentais, com

¹⁰ São exemplos de rankings, o *Global Soft Power Index* e o *Soft Power 30*.

fronteiras com vários Estados, mas que fixou seus limites por meio da negociação, sendo importante esse comportamento para a definição da América do Sul como zona pacífica. A defesa dos imperativos da autodeterminação, não intervenção e da soberania, bem como o respeito costumeiro a normas internacionais, alçaram o país ao papel de importante mediador internacional, em especial na América do Sul, pela facilidade em se posicionar como interlocutor confiável entre diferentes tipos de Estados (CHATIN, 2016). Um destaque pode ser dado para a mediação do conflito territorial entre Equador e Peru (1941-1998).

O universalismo, que diz respeito à capacidade de expandir e diversificar os laços que unem o Brasil ao mundo, é outra característica importante que corrobora para o *soft power*. A vocação universalista advém da percepção de que o Brasil tem ‘interesses gerais’, ou seja, uma visão sobre o mundo e seu funcionamento, e de que esta visão é importante para resguardar e encaminhar os interesses específicos do país” (LAFER, 2007, p. 74). Por meio do exercício do universalismo, o país busca expandir parcerias, multilateralizar e mundializar a PEB sem criar relações excludentes (VIZENTINI, 1998). Essa abertura permite ao Brasil “agir como um construtor de pontes” e contribui para sustentar uma imagem internacional baseada no “poder da persuasão, mediação e capacidade para dialogar com vários países” (CHATIN, 2016, p. 6, 9, tradução nossa)¹¹, agregando *soft power*.

A defesa do multilateralismo é outro ativo que fundamenta o *soft power* brasileiro. O país não possui significativos recursos unilaterais de poder, sendo as negociações multilaterais as responsáveis por garantir a participação brasileira na proposição de normas e regras internacionais, bem como servir como instrumentos de defesa contra imposições unilaterais de outros países (CARVALHO; VALENÇA, 2014; FONSECA, 1998). Para o Brasil, o multilateralismo transformou-se, assim, em meio para ampliar o espaço da ação diplomática (FONSECA, 1998), não à toa o país é fundador e aderiu às principais organizações internacionais, tendo exercido em algumas, como na Organização Mundial do Comércio (OMC), posições de liderança (CHATIN, 2016).

Por meio do multilateralismo, o país exerceu ainda o papel de *agenda-setter* (CHATIN, 2016, p. 8), buscando obter influência sobre negociações externas e construir alianças com países que perseguem o mesmo interesse. A participação e liderança do Brasil nas grandes conferências dos anos 1990 – por exemplo, a Conferência do Clima do Rio de Janeiro em 1992 (Eco 92), em que o país não apenas sediou, como atuou ativamente na definição da Agenda 21 e nos debates para o Protocolo de Kyoto – renderam ao país ganhos de imagem e projeção. Nos anos 2000, fosse em suas posições nas diferentes agências da ONU, na OMC, bem como no BRICS, IBAS e G20, a adoção de uma postura persuasiva marcou sua participação em grandes negociações com a intenção de “influenciar a própria formulação dos princípios e das regras que regem o sistema internacional” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283). Destarte, a pressão que o país exerceu, por meio de conexões de geometria variável, para a realização de reformas no Fundo Monetário Internacional, Banco

¹¹ [...] to act as a bridge-builder [...] powers of persuasion, mediation and capacity for dialogue with several countries.

Mundial, e Conselho de Segurança das Nações Unidas (embora não se tenha alcançado mudanças nesse último caso). Mais recentemente, lembra-se da construção pela diplomacia brasileira da noção de “Responsabilidade ao Proteger”, que evidencia para o país um papel como proposito de normas internacionais (CHATIN, 2016).

A postura do Brasil em âmbito regional é outro aspecto que tem sido fonte de *soft power*, não só pela importância que sua postura fronteiriça teve para a definição da região como zona pacífica, mas pela forma através do qual o Brasil tem buscado influir sem utilizar como fundamento a força militar (CHATIN, 2016). Ainda no início do século XX, o Barão de Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, defendeu a consolidação de um poder simbólico derivado da promoção da interação com os países da região e com os EUA (LAFER, 2007). Mesmo que desde meados do século XX o Brasil ocupe uma posição dominante na América do Sul, devido ao seu peso econômico, diversas iniciativas com os países da região foram tomadas visando alavancar a cooperação e projetar o Brasil regional e internacionalmente. A tentativa de consolidação do papel de líder regional, sendo que em inúmeras ocasiões o país se apresentou como representante dos interesses da região, foi incorporada na estratégia de *soft power* (SARAIVA, 2014). O fato de o Brasil ter perseguido uma política regional pacífica e voltada para cooperação deu-lhe legitimidade para operar a região como uma plataforma para a sua projeção externa.

Outro aspecto que contribuiu para o *soft power* brasileiro foi a defesa dos países em desenvolvimento na PEB. Fonseca (1998) argumenta que uma forma pela qual as aspirações brasileiras por reconhecimento internacional têm sido estabelecidas é por meio da tentativa de se colocar como mediador entre as grandes potências e os demais países, costumeiramente na posição de defesa dos países menores. Ainda, posições como a defesa da não intervenção e da soberania nacional, o estabelecimento da cooperação sem exigir condicionalidades na política doméstica dos países e a rejeição a relações verticais são fatores que contribuíram para o *soft power* junto aos países em desenvolvimento (CHATIN, 2016, p. 10).

Tais fundamentos da PEB – o pacifismo, o universalismo, o multilateralismo, a política regional cooperativa e a defesa dos países em desenvolvimento – ganharam reforço nos anos 2000. Foram ampliados os contatos diplomáticos por meio de acordos e abertura de representações ao redor do globo, em especial nos países do Sul Global, reforçando-se ainda políticas de transferência de recursos e assessoria técnica (CARVALHO; VALENÇA, 2014; VALENÇA; AFFONSO, 2019). A participação em iniciativas de geometria variável, a diversificação de parcerias, bem como a melhora da situação econômica doméstica, favoreceram a ampliação da projeção brasileira. Em 2009, por exemplo, tal reconhecimento veio em uma capa da revista *The Economist* com o título “*Brazil Takes Off*”, evidenciando a imagem positiva do país no exterior (*The Economist*, 2009).

Trabalhos qualitativos apontam para um ganho de *soft power* do Brasil entre as décadas de 1990 e de 2010. Gueraldi (2006, p. 146), em sua análise sobre o *soft power* do Brasil nos Governos FHC e parte do Governo Lula, observando a imprensa internacional, concluiu que “o Brasil é visto

com confiança na mídia internacional, principalmente nos editoriais". Chatin (2016) apontou a política multilateral e de defesa dos países em desenvolvimento durante os governos Lula e Rousseff como aspectos de sucesso do *soft power* brasileiro. Contudo, nos últimos anos, tanto os *rankings* como análises qualitativas têm apontado perda de *soft power* do país.

4. A DECADÊNCIA DO SOFT POWER ANTES DA PANDEMIA DE COVID-19

No curto prazo, o "The Soft Power 30" coloca o Brasil comparativamente a outros 30 países em posições diversas, sendo que entre 2015 e 2019 o Brasil caiu da 23^a para a 26^a colocação no ranking¹². Tal fato significa que o país tem oscilado negativamente diante dos demais desde o fim do primeiro mandato da gestão de Dilma Rousseff. Na literatura, argumenta-se que o que explica esse processo de deterioração do *soft power* nos governos Dilma e Temer são principalmente os seguintes aspectos: i) fatores domésticos (variável interna); e ii) conjuntura externa (variável externa).

Em termos domésticos, a piora na situação econômica e as disputas sobre questões políticas domésticas impediram a formação de uma plataforma básica de inserção internacional. Como alerta Pecequilo (2004, p. 231):

[...] o projeto externo brasileiro está diretamente condicionado à situação política e econômica doméstica do país, que permite uma projeção de poder mais eficiente no mundo exterior. Na verdade, em qualquer nação, a ausência de uma base interna forte impede a consolidação da autonomia, tornando-os mais sensíveis a pressões.

Também escândalos de corrupção, que tiveram grande cobertura da mídia internacional, contribuíram para diminuir a projeção de poder brasileiro. Trinkunas (2018, p. 1, tradução nossa)¹³ aponta que desde 2014 "o *soft power* do Brasil vem sofrendo uma erosão constante, começando com uma grande crise econômica, um escândalo de corrupção massivo que levou à prisão do ex-presidente Lula e grandes figuras empresariais, e ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016".

Tais fatores em conjunto com um cenário externo de baixo crescimento econômico, acirramento da competição interestatal, em especial entre China e EUA, e as dificuldades de encaminhamento multilateral dos problemas, com a crise da "ordem liberal" (IKENBERRY, 2017), causaram impasses para a inserção brasileira. Lembra-se que para o Brasil o exercício do *soft power* tem ligação com o desenvolvimento do multilateralismo e depende em alguma medida de um mundo aberto para negociação e mediação.

¹² Para uma leitura mais detalhada dos relatórios e acesso à ferramenta ver <https://softpower30.com/>.

¹³ [...] Brazil's soft power has steadily eroded, beginning with a major economic crisis, a massive corruption scandal that led to the jailing of former president Lula and major business figures, and the impeachment of President Dilma Rousseff in 2016.

Especificamente sobre o Governo Rousseff, houve continuidade da política externa com relação ao governo Lula. Cornetet (2014, p. 140) caracteriza a PEB de Rousseff como marcada pela “contenção na continuidade”: foram mantidos os “objetivos nacionais de autonomia e de desenvolvimento”. Contudo, afirmou-se, dentre outros aspectos, que o cenário externo e interno de crises gerou uma contenção na PEB durante sua gestão, refletida em aspectos como a diminuição de viagens e a postura mais reativa (do que ativa) sobre a política internacional (CORNETET, 2014). No caso do Governo Temer, questões relativas à legitimidade do seu mandato, resistências dentro do Itamaraty a novas orientações da PEB, bem como a própria mudança no quadro externo – a vitória de Donald Trump, preterida pelo Itamaraty na gestão de José Serra (BENITES, 2016) – dificultaram a projeção externa do país. Contudo, como afirma Trinkunas (2018, p. 1, tradução nossa)¹⁴, a eleição de Bolsonaro constituir-se-ia a principal prova para o *soft power* brasileiro, uma vez que suas posições defendiam um “ataque às políticas diplomáticas tradicionais do Brasil refletindo uma falta de apoio à ordem internacional atual, que, apesar de todas as suas falhas, o Brasil tem contado para estender sua influência e proteger seus interesses”.

5. A PERDA DE SOFT POWER NO GOVERNO BOLSONARO E NA PANDEMIA

5.1. A PEB DO GOVERNO BOLSONARO

O programa de governo do ainda candidato à presidência em 2018, Jair Bolsonaro, criticava a condução da política externa dos governos anteriores e defendia mudanças drásticas. Quando assumiu o governo, a PEB de Bolsonaro tomou as seguintes características principais: i) fragmentação quanto ao processo de formulação PEB; ii) alinhamento aos EUA de Donald Trump; iii) críticas ao globalismo que seria instrumentalizado na ação dos organismos multilaterais; iv) abandono da atitude proativa e de liderança em temas como da defesa do meio ambiente e dos direitos humanos.

No que se refere à primeira característica, evidencia-se no Governo Bolsonaro uma perda de espaço para o Itamaraty enquanto formulador da PEB. A escolha de Ernesto Araújo como Ministro das Relações Exteriores gerou críticas interna e externamente ao MRE (SARAIVA; SILVA, 2020). Com a tese de que o Ocidente vive uma crise e de que a função de países ocidentais como o Brasil é tentar salvá-lo (ARAÚJO, 2017), o ministro passou a justificar em termos ideológicos novos rumos da diplomacia brasileira. São eles: a necessidade de alinhamento com os EUA, o distanciamento de iniciativas globalistas, identificadas no cumprimento de normas e organismos internacionais, e o

¹⁴ [...] attack on Brazil’s traditional diplomatic policies reflects a lack of support for the present international order, one that for all its flaws, Brazil has relied on to extend its influence and protect its interests.

rebaixamento de relações bilaterais do Brasil com alguns países não ocidentais, como a China, ou com outros governos vistos como de “esquerda”, como a Argentina de Alberto Fernández.

Tais proposições, contudo, colocaram-se incompatíveis com o acumulado histórico da PEB criando opções excludentes de política, inviabilizando o papel de mediador e de negociador costumeiramente exercido pelo país, o universalismo e o multilateralismo, bem como a posição de defesa aos países em desenvolvimento. Não à toa, as mudanças propostas por Araújo sofreram resistência dentro do MRE e de vários grupos sociais com interesses distintos na PEB, o que acabou por levar a um processo de fragmentação da política exterior. Saraiva e Silva (2020) pontuam que os principais grupos a influírem na definição da PEB seriam o ideológico, o conservador do pentecostalismo, o ultroliberal, o militar, e o do agronegócio, além do próprio chefe do executivo nacional. Já Casarões (2019) classifica esses grupos como “cinco Bs”: bíblia (evangélicos), boi (ruralistas), bala (militares), bancos (liberais) e Bolsonaro (anti-globalistas). Lopes (2020), por sua vez, destaca que tal fragmentação tem dificultado o estabelecimento de uma PEB sólida e coerente. Lembra-se, como afirmamos na seção 2, que a coerência na ação do Estado é um aspecto importante para a projeção de *soft power*.

A miscelânea de grupos e interesses gerou uma ampliação do número de atores responsáveis direta e indiretamente pela formulação da PEB, o que, para Lopes (2020), somado à incapacidade do executivo nacional, pode ser chamado de “pós-diplomacia”. Como resultado, gerou-se menos previsibilidade e coerência na política externa (CASARÕES, 2019; LOPES, 2020). O MRE, que teria o papel de conter danos advindos dos excessos e pressões dos distintos grupos (CASARÕES, 2019), perdeu a capacidade de projetar a tão costumeira continuidade da PEB – com o seu acumulado histórico, ativos de *soft power* – sobre a inserção internacional brasileira.

A segunda característica da política exterior de Bolsonaro, que foi o alinhamento com os EUA de Trump, acrescentou ainda mais dificuldade para o exercício do acumulado histórico da PEB. A política do Governo Trump questionou “o direito internacional, o multilateralismo, a proteção ambiental, a tortura, e os direitos humanos” (IKENBERRY, 2017), aspectos que foram tradicionalmente importantes para a projeção de *soft power* tanto dos EUA, como do Brasil. O alinhamento com os EUA desdobrou-se ainda em relações bilaterais importantes para o país, como com a China. O Brasil teve mais dificuldade de conciliar relações satisfatórias devido às pressões estadunidenses para limitar a ação de agentes chineses no país (a exemplo, a empresa *Huawei*) e a posição do presidente de inicialmente ser contra a compra de vacinas chinesas, e culpar a China pela pandemia – emulando o discurso de Trump sobre o assunto –, acabou por contribuir para as dificuldades de imunização no país.

Outro aspecto de impacto do alinhamento com os EUA de Trump foi na política regional. O Brasil reproduziu a posição dos EUA na questão venezuelana: aventou uma intervenção militar no país e encerrou a missão diplomática brasileira na Venezuela. A região foi preterida como plataforma privilegiada para a inserção internacional. A escolha pelo não incremento do regionalismo com a

decisão de deixar a UNASUL e os embaraços diplomáticos com países vizinhos, quando, por exemplo, da defesa de ditaduras militares no Chile e Peru, resultou em perda de projeção do país na vizinhança. A suspensão voluntária da participação do Brasil na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), organismo composto por 33 países, sem a presença dos Estados Unidos, foi outra ação que resultou em perdas de participação na região. O tratamento dado a Argentina depois da eleição de Alberto Fernández, bem como a divisão no Mercosul frente à redução de tarifas e estabelecimento de novos acordos de livre-comércio, inclusive as dificuldades com relação ao Acordo Mercosul-União Europeia, evidenciam dificuldades de política regional, que se não são novas, pioraram diante do quadro de deterioração das relações Brasil-Argentina.

A terceira característica na PEB de Bolsonaro – as críticas ao globalismo – também foi um aspecto afetado pelo alinhamento com os EUA de Trump. Durante o Governo Bolsonaro, o Brasil assumiu novas posições em três temáticas: o meio ambiente, os direitos humanos e o comércio internacional. À temática ambiental, assumiu-se comportamento negacionista nas negociações de mudanças climáticas. Ainda em 2018, por influência de Bolsonaro – que, então, ameaçava retirar o Brasil do Acordo de Paris assim que tomasse posse –, o país desistiu de sediar a Conferência do Clima (COP-25). Mesmo que a retirada do acordo não tenha ocorrido, muito em função de pressões externas, o cenário ambiental no Brasil, tanto em 2019 como em 2020, foi marcado por extensas queimadas na Amazônia, Cerrado e Pantanal. O aumento da degradação ambiental fez com que o *soft power* tradicionalmente projetado pelo país em assuntos ambientais sumisse “no ar como fumaça de queimada” (AROEIRA; UNTERSTELL, 2020, p. 1).

Como resultado, de *agenda-setter* e propositor de normas internacionais, o Brasil se tornou pária. Segundo Busch (2020, p. 1), “nada ilustra tão claramente a perda de *soft power* pelo Brasil quanto a resistência crescente na Europa contra o acordo de livre-comércio Mercosul-União Europeia e o desmatamento da Amazônia”. Lembra-se que o Fundo Amazônia, criado em 2008, tendo como maiores financiadores a Alemanha e a Noruega, encontra-se paralisado desde 2019, e tem crescido pressões no exterior contra produtos brasileiros que seriam provenientes de desmatamento.

A postura nas matérias de direitos humanos também sofreu alteração no Governo Bolsonaro. O tratamento dado aos povos indígenas, em meio ao aumento da degradação ambiental, tem gerado críticas externas. Em 2019, foi feita uma denúncia contra o presidente Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional (TPI) por “crimes contra a humanidade e atos que levam ao genocídio de comunidades indígenas e tradicionais” (KRUGER, 2020). Já no Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Brasil tem atuado para restringir o mandato de monitoramento do Conselho e se posicionado de forma contrária com relação a temas como o racismo, a violência policial, e o direito das mulheres (RODRIGUES; MONTILHA; SABIÃO, 2020).

Na esfera do comércio internacional, a demanda brasileira para ingresso na OCDE impactou negativamente as relações com os países em desenvolvimento (IBAÑEZ, 2020). O fato de o país ter

aceito abandonar a premissa do tratamento especial e diferenciado na OMC o colocou em contrariedade com a posição dos países em desenvolvimento de defesa desse direito. Com tais posições, o protagonismo brasileiro no âmbito internacional mediante capacidade discursiva e instrumentos de *soft power*, como criação de agendas e proposição de normas, foi enfraquecido. Saraiva e Silva (2020, p. 04, tradução nossa)¹⁵ afirmam que o país tem ficado mais isolado e se vê sem “aliados ou interlocutores”.

5.2. A PANDEMIA DE COVID-19

Em maio de 2020, um Manifesto publicado em diversos jornais e reproduzido no famoso *The National Interest*, assinado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e por outros ex-chanceleres de diversos governos, políticos e acadêmicos apontou incoerências, contradições e graves falhas na forma como têm sido geridas as relações internacionais do país no contexto da pandemia de COVID-19 (CARDOSO et al, 2020). A interpretação generalizada entre antigos operadores da PEB é que a imagem do Brasil no exterior ruiu durante o Governo Bolsonaro (MARIN, 2020), resultado tanto (i) do cenário interno, em que há incertezas geradas pelas dificuldades de tratamento ao problema da pandemia, o que enfraqueceu a projeção externa de poder, como (ii) de mudanças na PEB.

Na segunda quinzena de março de 2020 o Brasil teve registrada sua primeira vítima oficial da COVID-19. Naquele momento estados da federação e municípios tomavam as primeiras medidas para contenção do vírus. O Ministério da Saúde do país tentava estabelecer as primeiras diretrizes. Em meio a elas funcionários da alta Cúpula do Governo, regressados de uma viagem oficial, testaram positivo para a doença. Diante disso, o Presidente Jair Bolsonaro tomou uma série de ações, atitudes e declarações que lhe rendeu a alcunha de “BolsoNero” pela *The Economist* (2020). Destaca-se entre os comportamentos do presidente:

negação da severidade da doença; desconsideração de orientações científicas e de órgãos especializados (dentre eles a OMS e seu próprio ministério da saúde) como parâmetros para vida pública; patrocínio de soluções já tidas como ineficazes (como o uso da hidroxicloroquina) para a prevenção e tratamento da doença; e, dentre outros, incentivo ao desrespeito a medidas comprovadamente eficazes para lidar com a pandemia, como o uso de máscaras e o isolamento social (SOUSA, 2020).

Em abril o *The Washington Post* (TWP), em editorial, listou os líderes de Bielorrússia, Turcomenistão, Nicarágua e Brasil como aqueles que minimizavam a pandemia e classificou Bolsonaro como o “pior” deles (EDITORIAL BOARD, 2020). A prestigiada revista médica *The Lancet* (2020) afirmou em editorial que “talvez a maior ameaça” às estratégias de combate ao novo coronavírus no Brasil fosse Bolsonaro, devido às suas ações de desrespeito às medidas de

¹⁵ [...] allies, or interlocutors.

distanciamento, o que causara confusão na população. A britânica *BBC* afirmava que o Brasil de Bolsonaro estava solitário diante do esforço do presidente de dificultar medidas de contenção, de politizar a pandemia e ser o único líder de um grande país a negar a magnitude da crise (WATSON, 2020). Em dezembro de 2020, as falas de Bolsonaro ao afirmar que não tomaria a vacina contra a COVID-19 e que pessoas que tomassem poderiam se transformar em jacarés ganhou ampla divulgação na mídia externa. Como apontado no trabalho de Gueraldi (2006), observar na imprensa internacional repercussões acerca do país contribui para avaliar a imagem do Brasil no exterior e seu *soft power*. Em janeiro de 2021 o think tank australiano Lowy Institute divulgou um estudo onde o Brasil apareceu como o país que pior gerenciou a pandemia de COVID-19 numa relação de aproximadamente 100 países¹⁶. Como resta claro, as repercussões não têm sido positivas. Segundo Struck (2020), Bolsonaro colocou o Brasil na “contramão do mundo” com suas ações perante a pandemia.

De fato, a falta de coordenação do governo federal tem sido apontada como o principal fator que impede uma melhor atuação do Brasil na pandemia (OSBORN, 2020; ABRUCIO et al, 2020). Abrucio et al (2020) apontou que tal período tem sido marcado no país, de um lado, por uma redução da coordenação federal e, de outro, pelo acirramento do conflito federativo. A inação da União obrigou os outros entes federados a se responsabilizarem pelas medidas de combate à COVID-19. No que se refere à estratégia de imunização da população, como destaca Struck (2020, p. 1), a gestão Bolsonaro inicialmente seguiu “atrás até mesmo de outras nações da América Latina”, mais pobres que o Brasil, devido à dificuldade de articular compras de vacinas.

Outra ação que impactou negativamente o *soft power* brasileiro durante a pandemia, e mistura-se às mudanças de posicionamento do Brasil nas questões ambientais e de direitos humanos, é a forma como o Governo Bolsonaro tem lidado com a contenção da COVID-19 em territórios indígenas. O presidente vetou dispositivos que determinavam “a obrigatoriedade do governo em fornecer água potável, higiene e leitos hospitalares a indígenas na legislação que trata sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e disseminação do vírus” (BRANCO; LAGOSTA; AZZI, 2020).

Na frente de combate à pandemia que pertenceria ao Itamaraty, a execução da política externa pelo então Ministro Araújo caracterizou-se pela falta de coordenação e ausência de liderança nas medidas de contenção na região e de controle de fronteiras (SARAIVA; SILVA, 2020). Destaca-se que o ministro se referiu à COVID-19 como “comunavírus”, difundindo a crença de que a pandemia elevaria o papel do globalismo no mundo (o qual Araújo argumenta ser a atual fase do comunismo), e que essa não é uma crise real, mas uma “histeria biopolítica”, que ele chamou de “covidismo” (Araújo, 2020, p. 1). O fato de não se levar a sério a ameaça pandêmica fez com que o Brasil atrasasse medidas de contenção fronteiriças no início da pandemia, sendo que, quando

¹⁶ Para uma leitura mais detalhada dos relatórios ver Covid Performance Index: <https://interactives.lowyinstitute.org/features/covid-performance/#rankings>.

realizadas, foram menos rígidas do que as que foram infligidas em vários países. Por outro lado, ergueram-se restrições, não só no mundo desenvolvido como também no Sul Global, a entrada de pessoas com origem no Brasil devido à falta de controle doméstico da pandemia e, em 2021, pela identificação de uma nova cepa do vírus no país. Tais aspectos contribuíram para a diminuição de projeção positiva da imagem do país pelo mundo.

Lembra-se que no “tema da saúde global, até há pouco tempo, o Brasil era um país com importantes contribuições” (SOUZA, 2020). O país teve papel central nas discussões que levaram à criação da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1948. Nos anos 2000, o país lutou pela flexibilização de direitos de propriedade intelectual em casos de necessidade de saúde pública e manteve, durante o governo Lula, em especial, uma ativa diplomacia da saúde com intenso ativismo sul-sul (GAYARD, 2019).

Contudo, em maio de 2020 a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução para garantia de acesso igualitário a qualquer tipo de material, incluindo medicamentos e a futura vacina, para o combate ao novo coronavírus, mas o Brasil não endossou a proposta. Em junho, Bolsonaro fez críticas à OMS e chegou a ameaçar a retirada do Brasil da organização. A integração do país no projeto Acelerador de Vacina (*ACT Accelerator*), formado por um consórcio global de países, empresas e entidades, incluindo a OMS, visando à produção de vacina, medicamentos e diagnósticos contra o novo coronavírus, ocorreu de forma tardia depois da pressão do legislativo sobre o executivo (AGÊNCIA SENADO, 2020). Ainda assim, o Brasil optou no programa pela cobertura mínima de vacinas, de 10% da população, enquanto poderia ter garantido vacina para até 50% dos habitantes.

Em julho, a OMS “não enviou um convite para que o presidente Jair Bolsonaro fosse um dos líderes a discursar em sua principal cúpula” (CHADE, 2020). Já no final de 2020, em votação na OMC acerca da possibilidade de permissão de licença compulsória (“quebra de patentes”) para as vacinas da COVID-19, proposta por Índia, China e África do Sul, o Brasil ficou ao lado dos países desenvolvidos optando por negar tal possibilidade. Esse posicionamento contraria o histórico do país de apoio ao mundo em desenvolvimento, bem como de luta para que em ocasiões de crises de saúde pública pudesse haver licenciamento compulsório (como ocorreu com os medicamentos da AIDS).

Ressalta-se ainda que uma das principais vacinas utilizadas para a imunização em território nacional, a *CoronaVac*, chegou ao Brasil por meio de esforços subnacionais e não como produto do trabalho diplomático do Itamaraty. De fato, os maiores esforços de cooperação internacional visando ao combate à pandemia têm sido realizados pelas entidades subnacionais (OSBORN, 2020), buscando-se contornar aspectos problemáticos da PEB que emerge do Itamaraty e do núcleo bolsonarista para obter ajuda para o combate à COVID-19. Tal fato tem sido visível especialmente nas relações com a China, com a qual o deputado federal Eduardo Bolsonaro e outros agentes do governo criaram uma crise diplomática em 2020. O atraso na importação de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA) chineses a serem utilizados na produção de vacinas pela Fiocruz e Instituto Butantan, no início de 2021, teve que ser resolvido sem intermediação do então chanceler Ernesto Araújo, que

durante o ano de 2020 discutiu com o embaixador chinês em uma rede social e chegou a solicitar a Pequim a substituição do diplomata. Outros ministros de governo e o Escritório Internacional do Estado de São Paulo em Xangai que operaram as negociações para a liberação dos insumos.

Frente às dificuldades da política externa, ao cenário doméstico que projeta fraqueza, e levando em consideração que a pandemia não estará controlada globalmente se um país do tamanho do Brasil não conseguir realizar medidas de contenção, prevenção e imunização, um artigo na *Foreign Affairs*, uma das mais tradicionais revistas de relações internacionais do mundo, destacou que “Bolsonaro fez do Brasil um pária” (OSBORN, 2020). O próprio Ernesto Araújo admitiu tal possibilidade – de o Brasil ser considerado pária no exterior – dizendo que se esse era o preço a se pagar para colocar em ação os preceitos de sua gestão, “então que sejamos um pária” (ARAÚJO apud BITENCOURT; SCHUCH, 2020, p. 1). No final de março de 2021, após forte pressão de diferentes grupos do empresariado, do corpo diplomático e do Congresso Nacional, Ernesto Araújo foi substituído pelo diplomata Carlos Alberto França, mas tal ação por si só não foi capaz de conter danos ao *soft power*.

Diante desse cenário, o Brasil vem sendo apontado como um dos países que perderam *soft power* durante o período da pandemia (LOTTEN, 2020). A inabilidade do governo brasileiro em lidar com a pandemia associada às mudanças processadas na PEB fez com que o Brasil, “um país que um dia já foi admirado por seu sistema de saúde responsável e sua diplomacia de saúde, tornasse-se um pária pandêmico” (OSBORN, 2020). O fato de a nova gestão nos EUA – o governo de Joe Biden – ter assumido um discurso crítico ao Governo Bolsonaro, em especial à política ambiental brasileira, poderá isolar ainda mais o país, o que certamente não contribuirá para a recuperação do *soft power*.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou como a política externa brasileira nos últimos anos, seja por uma conjuntura externa desfavorável (variável externa), seja por interesses e visões internas divergentes (variável interna), tornou-se uma das causas para a perda do *soft power* brasileiro, o que foi exacerbado na pandemia (variável transnacional). Tal afirmação dá-se diante, sobretudo, de mudanças drásticas aplicadas à condução da política externa durante a gestão de Ernesto Araújo. Operou-se mudanças nas premissas do pacifismo, do universalismo, do multilateralismo, e da defesa de uma política regional cooperativa e dos países em desenvolvimento – elementos considerados ativos intangíveis e fontes do *soft power* brasileiro.

A pandemia de COVID-19 exacerbou os impactos dessas mudanças na percepção do país por seus pares. A falta de coordenação de medidas, interna e externamente, para o combate à COVID-19, bem como a atuação passiva do MRE diante das iniciativas regionais e multilaterais para abordar a crise, reforçaram a perda de *soft power*. Essa perda somada à tragédia que a doença se tornou no

Brasil, resultantes, ambas, da falta de adoção de medidas responsivas e responsáveis pelo governo e em consonância com a comunidade internacional, têm feito do Brasil um dos párias nessa era de pandemia.

*Artigo recebido em 23 de fevereiro de 2021,
aprovado em 23 de abril de 2021.

REFERÊNCIAS

Abrucio, Fernando L. et al. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. In: **Revista De Administração Pública**. Rio de Janeiro 54(4):663-677, jul. - ago. 2020. Disponível em: <[https://www.scielo.br/pdf/rap/v54n4/1982-3134-
rap-54-04-663.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rap/v54n4/1982-3134-rap-54-04-663.pdf)> Acesso em 30 de junho de 2021.

Agência Senado. Senadores querem entrada do Brasil em grupo da OMS que busca vacina contra covid-19. In: **Senado Notícias**, 28 mai 2020. Disponível em <[https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/28/senadores-querem-entrada-do-
brasil-em-grupo-da-oms-que-busca-vacina-contra-covid-19](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/28/senadores-querem-entrada-do-brasil-em-grupo-da-oms-que-busca-vacina-contra-covid-19)> Acesso em 30 de junho de 2021.

Araújo, Ernesto. Trump e o Ocidente. In: **Cadernos de Política Exterior** / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. – v. 3, n. 6 (dez. 2017). [Brasília] : FUNAG, p. 323-358. Disponível em <<http://funag.gov.br/biblioteca/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Araújo, Ernesto. **Por um Reset Conservador-Liberal**. 2020. Disponível em: <<https://www.metapoliticabrasil.com/post/por-um-reset-conservador-liberal>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Aroeira, André; Unterstell, Natalie. **Sob Bolsonaro, Brasil transforma em fardo a dádiva da natureza**. 17/06/2020. Disponível em <[https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniao/2020/06/17/sob-bolsonaro-brasil-transforma-
em-fardo-a-dadiva-da-natureza.htm](https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniao/2020/06/17/sob-bolsonaro-brasil-transforma-em-fardo-a-dadiva-da-natureza.htm)> Acesso em 30 de junho de 2021.

Benites, Afonso. Pesadelo de José Serra, eleição de Trump não muda nada para Temer. In: **El País**, 09 Nov. 2016. Disponível em <https://brasilelpais.com/brasil/2016/11/09/internacional/1478698381_905201.html> Acesso em 30 de junho de 2021.

Bitencourt, Rafael; Schuch, Matheus. ‘Se falar em liberdade nos faz um pária internacional, que sejamos um pária’, diz Ernesto Araújo. In: **Valor**. 22/10/2020. Disponível em <[https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/10/22/se-falar-em-liberdade-nos-faz-um-paria-
internacional-que-sejamos-um-paria-diz-ernesto-araujo.ghtml](https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/10/22/se-falar-em-liberdade-nos-faz-um-paria-internacional-que-sejamos-um-paria-diz-ernesto-araujo.ghtml)> Acesso em 30 de junho de 2021.

Branco, Luís G.; Lagosta, Pedro; Azzi, Diego. Política ambiental e negação do coronavírus geram retaliação comercial e afastam investimento externo do Brasil. In: **OPEB**, Jul. 2020. Disponível em <[http://opeb.org/2020/07/14/politica-ambiental-e-negacao-do-coronavirus-geram-retaliacao-
comercial-e-afastam-investimento-externo-do-brasil/](http://opeb.org/2020/07/14/politica-ambiental-e-negacao-do-coronavirus-geram-retaliacao-comercial-e-afastam-investimento-externo-do-brasil/)> Acesso em 30 de junho de 2021.

Bry, Sandra. Brazil's Soft-Power Strategy: The Political Aspirations of South–South Development Cooperation. *Foreign Policy Analysis*, 13(2), 2017. <https://doi.org/10.1093/fpa/orw015>. Disponível em <https://backend.orbit.dtu.dk/ws/portalfiles/portal/139598547/ISA_style_formatted_manuscript_Final.pdf> Acesso em 30 de junho de 2021.

Busch, Alexander. Brasil se tornou pária internacional, sem aliados nem simpatias. In: **DW**, 01 Jul. 2020. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/brasil-se-tornou-p%C3%A1ria-internacional-sem-aliados-nem-simpatias/a-54010979>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Cardoso, Fernando H. (et al). The Reconstruction of Brazilian Foreign Policy. In: **The National Interest**, May 16, 2020. Disponível em <<https://nationalinterest.org/feature/reconstruction-brazilian-foreign-policy-155291>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Carvalho, Gustavo; Valença, Marcelo M. Soft Power, Hard Aspirations: the Shifting Role of Power in Brazilian Foreign Policy. *Brazilian Political Science Review* v. 8, n. 3, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-38212014000100021>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Casarões, Guilherme. Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro. *Pensamiento Propio*, Vol. 24, 2019. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2019/08/014-Casaroes.pdf>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Cervo, AmadoL. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

Chade, Jamil. Bolsonaro não foi convidado para a principal cúpula da OMS. In: Uol, 06 jun 2020. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cOLUMNAS/jamil-chade/2020/07/06/bolsonaro-nao-foi-convidado-para-a-principal-cupula-da-oms.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Chatin, Mathilde. Brazil: analysis of a rising soft power, *Journal of Political Power*, 2016. DOI: 10.1080/2158379X.2016.1232286.

Cornetet, João M. C. A Política Externa De Dilma Rousseff: Contenção Na Continuidade. *Revista Conjuntura Austral* | ISSN: 2178-8839 | Vol. 5, nº. 24 | Jun. Jul. 2014.

Editorial Board. Leaders risk lives by minimizing the coronavirus. Bolsonaro is the worst. In: **The Washington Post**, Ap. 14, 2020. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/jair-bolsonaro-risks-lives-by-minimizing-the-coronavirus-pandemic/2020/04/13/6356a9be-7da6-11ea-9040-68981f488eed_story.html> Acesso em 30 de junho de 2021.

Fonseca Jr., Gelson. **A Legitimidade e outras Questões Internacionais**: Poder e Ética entre as Nações. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Gayard, Nicole. Health as niche diplomacy: assessing design and practices of Brazilian health diplomacy at the beginning of the 21st century. In: **Rev. bras. polít. int.** vol.62 no.1 Brasília 2019 Epub Aug 19, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292019000100212#aff1> Acesso em 30 de junho de 2021.

Grix, Jonathan; Brannagan, Paul; Houlihan, Barrie. Interrogating States' Soft Power Strategies: A Case Study of Sports Mega-Events in Brazil and the UK, *Global Society*, 29:3, 463-479, 2015. DOI: 10.1080/13600826.2015.1047743 Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1080/13600826.2015.1047743>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Gueraldi, Ronaldo Guimarães. **A aplicação do conceito de poder brando (soft power) na política externa brasileira.** Dissertação de Mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, 2006. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3552/ACFC3.pdf?sequence=1>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Ibañez, Pablo. Geopolítica e diplomacia em tempos de Covid-19: Brasil e China no limiar de um contencioso. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, Vol. IX, N. 18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.13257>. Acesso em 30 de junho de 2021.

Ikenberry, John G. The Plot Against American Foreign Policy. In: **Foreign Affairs**, May/June 2017. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/print/node/1119683>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Kruger, Ana. Bolsonaro é alvo de nova queixa no Tribunal Penal Internacional por atuação frente à pandemia do coronavírus. In: **G1**, 26 jul 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/26/bolsonaro-e-alvo-de-nova-queixa-no-tribunal-penal-internacional-por-atuacao-frente-a-pandemia-do-coronavirus.shtml>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Lafer, C. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

Lopes, Davisson B.. Recuo estratégico ou normalização da curva? **Folha de São Paulo**, 17 de março de 2014. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/opiniao/2014/03/1425918-dawisson-belem-lopes-recuo-estrategico-ou-normalizacao-da-curva.shtml>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Lopes, Dawisson B.. De-Westernization, Democratization, Disconnection: The Emergence of Brazil's Post-Diplomatic Foreign Policy'. **Global Affairs**. Vol. 6, 2020. Issue 2. Disponível em <<https://doi.org/10.1080/23340460.2020.1769494>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Lopes, Dawisson B.. Deus e o diabo na terra da política externa. **Jornal O Globo**, 06 de jan de 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/artigo-deus-o-diabo-na-terra-da-politica-externa-23348545>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Lotten, Mona. Soft power and COVID-19. In: **British Council**, Mai 2020. Disponível em <<https://www.britishcouncil.org/research-policy-insight/insight-articles/soft-power-COVID-19>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Marin, Denise Chrispim. Imagem do Brasil ruiu no exterior com Bolsonaro, dizem especialistas. In: **Veja**, 24 Abr 2020. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/mundo/imagem-do-brasil-ruiu-governo-acabou-e-bolsonaro-deve-sair/>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Nye, Joseph S. Public diplomacy and soft power. **The Annals of The American Academy of Political and Social Science**, v. 616, n. 1. p. 94-109, 2008.

Nye, Joseph S. **Soft Power:** the means to sucess in world politics. New York: Public Affairs, 2004.

Osborn, Catherine. Bolsonaro Made Brazil a Pandemic Pariah. In: **Foreign Affairs**, july 7, 2020. Disponivel em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/2020-07-07/bolsonaro-made-brazil-pandemic-pariah>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Pecequilo, Cristina. S. **Introdução às Relações Internacionais:** Temas, autores e visões. Petrópolis: Editora Vozes. 2004.

Rodrigues, Gilberto M. A; Montilha, Isabella; Sabião, Mirella. Política Externa Brasileira quer frear combate ao racismo e enfraquecer o Conselho de Direitos Humanos da ONU. In: **OPEB**, Jun. 2020. Disponível em <<http://opeb.org/2020/06/26/politica-externa-brasileira-quer-frear-combate-ao-racismo-e-enfraquecer-o-conselho-de-direitos-humanos-da-onu/>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Saraiva, Miriam G.. Continuidade e mudança na política externa brasileira as especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. In: **Relações Internacionais** março : 2013 37 [] pp. 063-078]. Disponível em <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri37/n37a06.pdf> Acesso em 30 de junho de 2021.

Saraiva, Miriam. G.. The Brazilian Soft Power Tradition. **Current History** (1941), v. 113, 2014. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/290992811> The Brazilian Soft Power Tradition> Acesso em 30 de junho de 2021.

Saraiva, Miriam. G.; Silva, Alexandra. M. Between Political Crisis and COVID-19: Bolsonaro's Foreign Policy. **E-INTERNATIONAL RELATIONS**, v. 02.06.2020, 2020. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2020/06/02/between-political-crisis-and-covid-19-bolsonaros-foreign-policy/>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Sousa, Ana Tereza L. M. Presidência Infectada. In: **OPEB**, Jul. 2020. Disponível em <<http://opeb.org/2020/07/14/presidencia-infectada/>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Struck, Jean-Philip. O ano em que o Brasil virou pária. 29/12/2020. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/o-ano-em-que-o-brasil-virou-p%C3%A1ria/a-56069787>> Acesso em 30 de junho de 2021.

The Economist. Brazil Takes Off. In: **The Economist**, Nov. 14th 2009. Disponível em <<https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off>> Acesso em 30 de junho de 2021.

The Economist. Brazil's president fiddles as a pandemic looms. In: **The Economist**, Mar 26th 2020. Disponível em <<https://www.economist.com/the-americas/2020/03/26/brazils-president-fiddles-as-a-pandemic-looms>> Acesso em 30 de junho de 2021.

The Lancet. COVID-19 in Brazil: "So what?". In: **The Lancet**, Vol 395 May 9, 2020. Disponível em <[https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(20\)31095-3.pdf](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(20)31095-3.pdf)> Acesso em 30 de junho de 2021.

Trinkunas, Harold. **Brazil's new president: strongman at home, weak man abroad?** 31/10/2018. Disponível em <<https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2018/10/31/brazils-new-president-strongman-at-home-weak-man-abroad/>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Valença, Marcelo M.; Affonso, Luiza B. O papel da cooperação humanitária na política externa brasileira como estratégia de soft power (2003-2016). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Vol. 8, N. 15, jan/jun 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/86303/52915>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Vigevani, Tullo; Cepaluni, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, vol. 29, n. 2. Rio de Janeiro, IRI/PUC-Rio, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002>> Acesso em 30 de junho de 2021.

Vizentini, Paulo. A política externa do Regime Militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964 – 1985). ed. UFRGS: Porto Alegre, RS, 1998.

Watson, Katy. Coronavirus: Brazil's Bolsonaro in denial and out on a limb. In: BBC, 29 mar. 2020. Disponível em <<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-52080830>> Acesso em 30 de junho de 2021.